EDITORA 34

Editora 34 Ltda.
Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000
São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 www.editora34.com.br

Copyright © Editora 34 Ltda., 2002
Conversas com historiadores brasileiros © José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, 2002

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL, E CONFIGURA UMA APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:
Bracher & Malta Produção Gráfica

Imagem da capa:
Laura Vinci, Monalisa, *2001, vidro, água, resistências elétricas e tubo de cobre*

Revisão:
Alexandre Barbosa de Souza

Créditos das fotografias:
Adri Felder/Agência Argos (p. 94); Marcos Gomes (p. 118); Patrícia Santos/Folha Imagem (p. 147); Eneraldo Carneiro (p. 165); Eduardo Knapp/Folha Imagem (p. 241); André Brandão (p. 365); Nelson Kon (capa)

1ª Edição - 2002, 2ª Edição - 2007

Catalogação na Fonte do Departamento Nacional do Livro
(Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)

Moraes, José Geraldo Vinci de
M827c Conversas com historiadores brasileiros / [entrevistas por] José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego — São Paulo: Ed. 34, 2002.
400 p.
ISBN 85-7326-233-8
Inclui bibliografia.

1. Historiadores - Brasil - Entrevistas. 2. História. 3. História - Estudo e ensino - Brasil. I. Rego, José Marcio. II. Título.

CDD - 981

Scanned with CamScanner

Laura de Mello e Souza nasceu na cidade de São Paulo em 1953. Formou-se em História pela Universidade de São Paulo em 1975, onde também concluiu seu mestrado (1980), doutorado (1986) e a livre-docência (1993). Ingressou como professora de História Moderna da USP em 1983, sendo desde 1999 professora titular da cadeira. Faz parte do conselho editorial de várias revistas de História. Suas pesquisas revelam as mudanças e inovações pelas quais a historiografia brasileira passou nas duas últimas décadas e concentram-se no universo da História Social e da Cultura, abrangendo temas relacionados com a cultura popular e a religiosidade. Sobre esses assuntos, tem orientado trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado.

Você nasceu em São Paulo?

Nasci em São Paulo e sou a segunda de três irmãs. Meu avô paterno era mineiro de Santa Rita de Cássia e passou parte de sua vida em Poços de Caldas, onde trabalhou como médico. Não o conheci porque ele morreu antes de meu pai se casar. Pertencia a uma família de fazendeiros do sul de Minas Gerais e deixou sua pequena cidade natal muito cedo, para estudar em centros maiores, como Campinas e Uberaba. Cursou Medicina no Rio, onde conheceu minha avó, que era carioca mas também de origens mineiras, de Paracatu. Pelo lado de minha mãe, contudo, tenho raízes em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Minha mãe é paulista, meus pais se conheceram em São Paulo, quando alunos da Faculdade de Filosofia da USP. Morei em São Paulo durante praticamente toda a minha vida.

Onde você cursou o primário e o ginásio?

No Dante Alighieri. Cheguei a freqüentar o primeiro ano do grupo escolar em Assis, onde morei com minha família durante pouco mais de dois anos, quando meu pai deu aulas na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje integrada à UNESP. Mas, na realidade, eu me alfabetizei sozinha, com 4 anos, acho que lendo jornal. O Dante Alighieri foi fundamental na minha formação porque me pôs em contato desde muito cedo com a cultura italiana, pois na qualidade de escola da comunidade italiana de São Paulo dá um grande destaque ao ensino da língua. Até hoje sou fã ardorosa da cultura italiana em geral, e da historiografia italiana em particular. Seus historiadores contam, para mim, entre os mais importantes da Europa.

No Dante, cursei também o então chamado curso Científico, que se dividia em dois: Medicina e Engenharia. Eu fiz o de Medicina. Quando foi se aproximando o vestibular, a hora de definir uma trajetória, tive uma crise pessoal muito grande

Scanned with CamScanner

e abandonei a escola. Portanto, após dez anos de permanência naquele colégio, não me formei no Dante Alighieri, cujo conservadorismo começara a me incomodar terrivelmente. Tenho sonhos sobre isso até hoje. Recentemente, perto de fazer concurso para professora titular, sonhei que alguém chegava para mim e falava: "Você não terminou o colegial e terá que voltar para o Dante". E eu respondi: "Meu Deus, voltar para o Dante com esta cara, com esta idade, com aquele uniformezinho e sentar naquela classe para terminar o colegial!?". Tenho uma certa culpa de não ter cumprido um outro destino.

Mas para fazer o vestibular você teve que resolver esse problema de alguma forma.

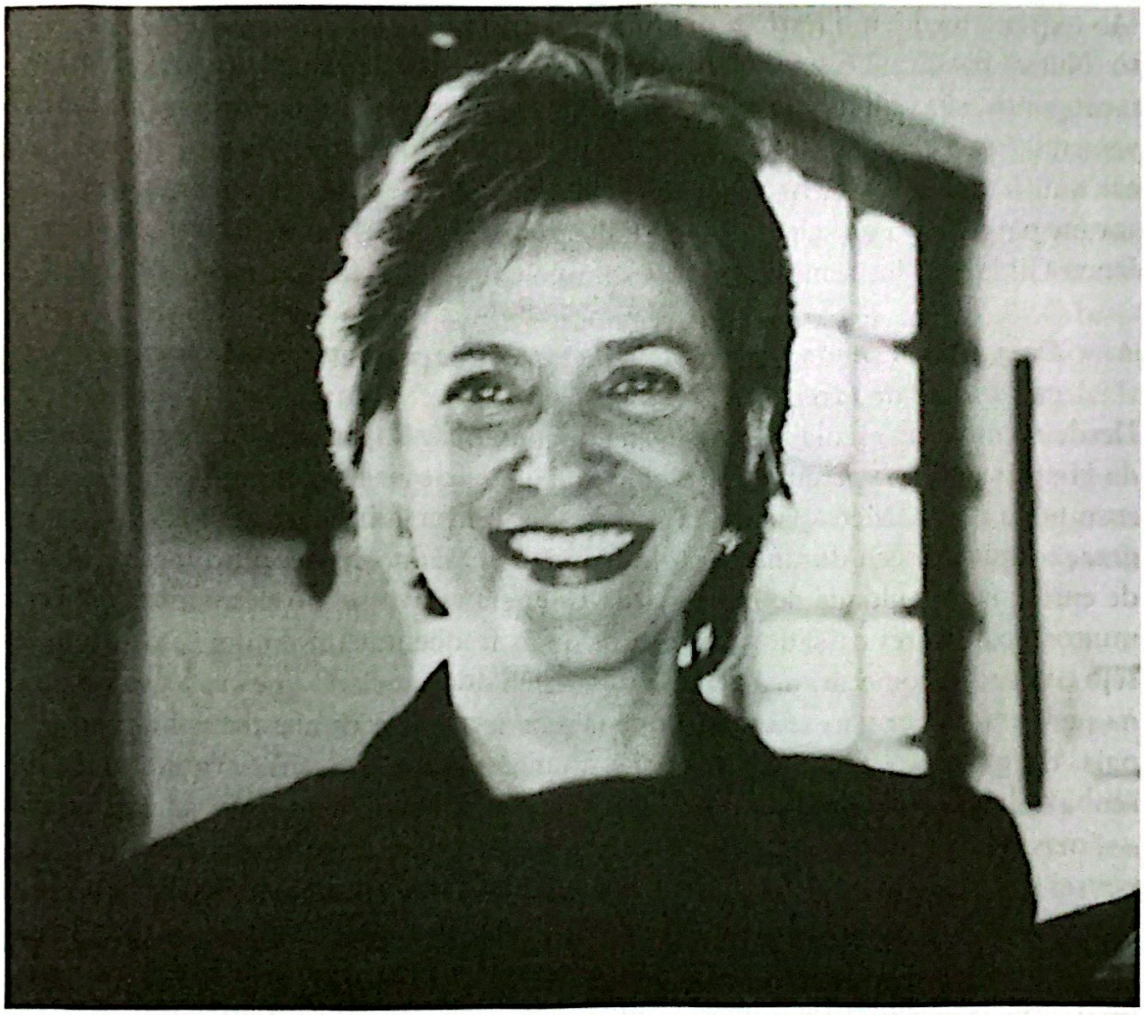
Sim, eu saí da escola e fiz exames de Madureza, como então se chamava o supletivo. Aquilo era uma certa moleza, o que aumenta a minha culpa e a sensação de ter, em algum momento, participado de uma fraude.

Hoje, com a distância do tempo, você considera que o fato de ser filha de Antonio Candido e da professora Gilda de Mello e Souza fez diferença significativa na sua formação?

Eu nasci e cresci numa casa de intelectuais. Os amigos dos meus pais eram intelectuais. Tive o privilégio de conhecer pessoas interessantíssimas, e depois que entrei na faculdade me espantava encontrar na bibliografia gente que eu vira em casa, como Pierre Monbeig e Roger Bastide. Algumas das pessoas cujos escritos mais influíram em minha formação tinham relações de amizade com meus pais, como Maria Silvia de Carvalho Franco, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Acho que isso de certa forma afetivizou meu contato com a cultura, o que foi muito bom. Afetividade que se manifestava também no contato diário com os livros, pois meus pais tinham uma biblioteca incrível e variadíssima. Entrei na faculdade com um cacife bibliográfico considerável, e isso fez muita diferença, sim. Por fim, a Faculdade de Filosofia era muito familiar para mim, desde os funcionários mais modestos até os professores. Tudo isso facilitou minha afinidade com a vida universitária. Cheguei a assistir aulas de minha mãe, que dava a disciplina de Estética e às vezes projetava *slides* das obras de arte que ia analisar. Essas aulas me maravilhavam e sem dúvida são a razão principal do meu interesse permanente pela História da Arte — outro campo que não explorei e que povoa minhas fantasias quando sonho em mudar de especialidade. Meu pai também teve uma influência muito grande sobre mim, sobretudo no meu interesse pela História, que ele conhece muitíssimo. Além disso, em casa as pessoas estavam sempre lendo e estudando, o que sem dúvida influiu na criação do hábito de ler e escrever: daí talvez eu ter aprendido a ler e escrever sozinha. Como minhas irmãs e minhas filhas, e como todos os filhos de professores universitários que conheço, escrevi várias "teses" quando era criancinha.

O lado doloroso veio com a ditadura militar, quando os intelectuais de esquerda viviam naquele clima que se sabe, com medo e insegurança diários. Isso para uma menina de 10, 11, 12 anos como eu, entrando na adolescência, trazia muita perplexidade. Os hábitos mudaram muito durante a ditadura, as pessoas ficaram mais tristes. Eu sabia que a minha casa era diferente da maioria das casas das mi-

Scanned with CamScanner



Laura de Mello e Souza em 2001: "A função humanizadora e civilizadora da universidade pública e gratuita é indiscutível, e portanto considero que, no mundo de hoje, com a atrofia do espaço público, a hipervalorização do individualismo, a pulverização do conhecimento, a universidade se torna ainda mais importante, inclusive para formar historiadores profissionais".

Scanned with CamScanner

nhas amigas, e que nela se passavam coisas que não podiam ser ditas fora, o que dava uma sensação de duplicidade muito desagradável.

Então aquela crise que você mencionou, no final do colegial, não estava vinculada a um confronto com seus pais?

Não exatamente. Foi uma crise profissional e existencial, com muito Hermann Hesse e com *Os moedeiros falsos* do Gide pelo meio. Minha relação com meus pais sempre foi boa. Eles são pessoas muito especiais, têm uma noção justa do seu papel, são extremamente modestos e têm uma relação muito bonita com o conhecimento. Nunca passaram o sentimento de que tinham expectativas desmedidas com relação a nós, suas filhas: eram exigentes com as notas da escola, e gostavam que tivéssemos uma certa disciplina. Quando eu entrei na faculdade percebi que meu pai era muito reconhecido. Às vezes eu tinha um pouco de vergonha porque o professor me perguntava na sala de aula: "Filha do professor Antonio Candido? Filha da Dona Gilda?". Mas sempre foi um estímulo e motivo de orgulho.

De qualquer modo, foi no meio de uma situação complicada que surgiu a idéia de fazer o curso de História...

Desde menina, na escola sempre gostei daquilo que se aproximava da Literatura e da História. Mas o percurso de escolha de um curso nesse campo foi muito doloroso no começo. Meus pais eram professores universitários na USP e sou de uma geração que cresceu durante o regime militar. Quando comecei a mostrar desejo de entrar na Faculdade de Filosofia da USP, ela estava sendo desmantelada, com muitos professores cassados, vários dos quais freqüentavam minha casa. Meu desejo e vocação começaram a gerar certa aflição doméstica. O que era legítimo, pois naquele momento não se sabia o que ia acontecer com os cientistas humanos no país. Diante disso, comecei a negociar comigo mesma que seria arquiteta. Eu desenhava bem — até hoje sinto ter deixado essa forma de expressão, tão agradável —, mas odiava Matemática e Geometria. Concluí que Arquitetura não dava. Daí pensei em Medicina; meu avô era médico e havia muitos médicos na minha família. Rapidamente concluí que também não daria certo, eu era muito impressionável, tinha pena dos bichos que dissecava nas aulas. Quase vinte anos depois, quando li "Sinais — raízes de um paradigma indiciário", de Carlo Ginzburg, obra-prima do ensaísmo histórico, dei-me conta de que minhas "vocações" não eram nada conflitantes, e que o médico, o historiador e o crítico (e o perito) de arte são todos parentes, pois partilham o paradigma indiciário. Quando vou ao médico, adoro a anamnese, e não consigo evitar palpites sobre as possíveis causas dos sintomas. Mas voltando ao processo de escolha e negociação, acabei escolhendo o curso de História, que era na verdade o que queria fazer desde pequena, quando ganhei do frei Benevenuto (José de Santa Cruz, então frade dominicano e uma espécie de tio, muito ligado à minha família) um livro que começava dizendo: "O Egito é uma dádiva do Nilo".

Em uma família de intelectuais deve ter havido certa apreensão, mas não resistência?

Scanned with CamScanner

Houve uma certa apreensão, mas ninguém falou taxativamente para eu não fazer História. Quando eu disse que queria fazer, meus pais ficaram aflitos, lembraram as cassações, a perseguição que houvera no departamento de História contra a Emilia Viotti da Costa, a aposentadoria voluntária, por protesto, de Sérgio Buarque de Holanda. Era evidente que o curso estava desfalcado, e que havia feridas recentes, que aliás demorariam décadas para cicatrizar, se é que cicatrizaram.

Nessa época, ainda existia aquela noção de que era um curso freqüentado só por mulheres?

Não propriamente, mas a gente ainda tinha um pouco esse complexo. Eu queria fazer História porque gostava muito, mas me perguntava se as moças inteligentes não faziam, preferencialmente, Ciências Sociais. Agora mudou muito. A situação se inverteu porque a História tornou-se a grande vedete nas Ciências Humanas. Nesse campo, outras disciplinas, como a Sociologia e a Geografia, passam por certa crise de identidade e têm problemas maiores com seus objetos. A História, apesar dos pesares, conserva maior identidade. Mas voltando ao curso, tive o privilégio de fazer parte de uma turma excepcional, conforme os próprios professores diziam na época: Nicolau Sevcenko, Hilário Franco Júnior, Leila Mezan Algranti, Elias Saliba, Sheila Schwartzmann, Frederico Alexandre Hecker, Ronei Bacelli, Maria Inês Machado Borges, Ana Maria Siqueira e outros alunos que, apesar de excelentes, não seguiram carreira, como Anita Lima, Ana Lúcia Leite Lane e Flora Gusmão. Boa parte dessa turma acabou ingressando na pós-graduação e integra hoje os quadros universitários paulistas.

Como você avaliaria a sua graduação? Diria que seus problemas se deviam a certa deficiência estrutural, agravada pela ditadura, ou que se tornou problemática em razão do autoritarismo e das perseguições?

Ingressei em 1972, um momento muito difícil, o curso era fraco — mas ainda com alguns grandes professores —, sobretudo por ter sofrido muito com as perseguições. Hoje em dia, quando vejo alunos se queixando do curso atual, fico recordando o curso que fiz e a diferença positiva que há. Havia umas cadeiras muito fracas, impossíveis de cursar, havia as que tinham sido atingidas, e, sobretudo, o medo incrível de se debater certos assuntos, pois ocorreram casos de delação entre alunos — para não falar no caso extremo, o de Emilia Viotti, ocorrido entre os professores — e muitas prisões. Os que não faziam política, como era o meu caso, tinham remorso e se viam com as críticas dos companheiros que faziam política. No entanto, apesar desse quadro desolador, havia alguns professores extraordinários e isso fez a grande diferença. Creio que hoje a situação é justamente inversa, temos um bom curso, com bons professores mas um número menor de estrelas como as de então.

Quais professores?

Fernando Novais, por exemplo, foi um dos maiores professores que já tive. O dia de sua aula, quarta-feira, era um acontecimento. Outra excelente professora, não tanto pela parte expositiva, mas pelo empenho e pelo trabalho de envolver os alunos era Maria Odila Leite da Silva Dias. Com Dona Anita Novinsky, tive pelo me-

Scanned with CamScanner

nos dois cursos inesquecíveis, apaixonados, cheios de idéias e sugestões de pesquisas. Ulpiano Bezerra de Menezes era brilhante e original. Lembro sempre com saudade de Mariano Carneiro da Cunha, que morreu logo depois que entrei mas com quem ainda fiz um curso excelente sobre História Antiga do Oriente Próximo. Além de ótimo professor, era muito afável e receptivo. Pedro Moacyr Campos é outro que conta entre os maiores professores que vi em atuação, em que pesem os aspectos complexos de sua personalidade e o discutível de suas opções políticas, pois foi uma das testemunhas de acusação no processo contra Emilia Viotti. Desta, nunca fui aluna, pois infelizmente já fora cassada quando entrei. Maurício, meu marido, teve algumas aulas com ela, das quais fala até hoje.

Sérgio Buarque não chegou a ser seu professor, mas você conviveu com ele...

Não foi meu professor, pois havia se aposentado anos antes em protesto ao AI-5 e às cassações na USP. Porém, eu convivi com ele porque era grande amigo de meus pais e eu também me dava com suas filhas. Freqüentei muito sua casa da rua Buri, e esse convívio valeu para o resto da vida. Ele era fantástico para conversar, dava muitas pistas e levantava questões. Com relação à minha pesquisa sobre os desclassificados, por exemplo, foi bastante reticente no início, questionando se haveria fontes documentais suficientes. Por outro lado, foi por seu intermédio que cheguei ao desembargador Teixeira Coelho e à idéia da utilidade dos vadios, central na minha problemática.

O curso de graduação era voltado fundamentalmente para a formação de professores ou já tinha certo apoio e iniciativas voltadas para a pesquisa?

O curso sempre teve uma ambivalência que até hoje não se resolveu bem: ele forma professores e pesquisadores. Dependendo da disciplina ou, sobretudo, do professor, incide numa ou noutra área. Naquela época havia cursos "eruditíssimos", difíceis às vezes de serem acompanhados por alunos ingressantes, como era o caso dos cursos dados por Paulo Pereira de Castro sobre a História Antiga de Roma e da Grécia. Os do Ulpiano também eram difíceis. Já os curso do Pedro Moacyr e do Fernando Novais eram mais acessíveis e visivelmente mais preocupados com a formação dos professores. Como as turmas eram menores do que são hoje e havia mais professores, havia mais turmas de seminários, grupos de pesquisa, onde era possível fazer abordagens mais aprofundadas, mais verticalizadas. Durante a graduação, minha turma trabalhou com fontes primárias manuscritas em arquivo: uma experiência marcante, minha estréia em arquivo, sob orientação de duas professoras muito especiais, Suely Robles Reis de Queiroz e Maria de Lourdes Janotti, a Dilú, minha grande amiga até hoje. Elas iam conosco para o arquivo e orientavam meticulosamente todo o trabalho. No final, tínhamos que fazer uma monografia. Leila Mezan e eu fazíamos parte do mesmo grupo, junto com outras colegas que não seguiram carreira, e nossa monografia versou sobre Mogi-Mirim no tempo do café. Ficou mixuruquíssima, não ganhou nem menção. A vitoriosa da turma foi uma monografia sobre a barreira de Areias, acho que do grupo do Nicolau.

Scanned with CamScanner

Essa era uma atividade relacionada a uma disciplina específica voltada para a pesquisa ou era uma disciplina comum e obrigatória do currículo?

Era uma atividade da disciplina de História do Brasil. Atualmente isso continua a existir, agora de forma muito mais estruturada e com dotações das agências de pesquisa. Alguns professores têm projetos em arquivo, com várias bolsas de Iniciação Científica, como é o caso do projeto modelar capitaneado por Maria Luiza Tucci Carneiro e vinculado à disciplina de História do Brasil Independente, período republicano.

Mas, a certa altura, alguns professores do departamento resolveram criar disciplinas orientadas para a pesquisa. Um dos envolvidos, por exemplo, foi a professora Emilia Viotti, não?

É verdade. E o pessoal que ela formou é muito diferenciado nesse sentido. Mas a minha formação foi, por um lado, mais teórica, e, por outro, feita à custa de experiências eventuais. Trabalhei em dois projetos de enciclopédias da Editora Abril, primeiro como pesquisadora bem subalterna e depois numa equipe coordenada por Fernando Novais e Arnaldo Contier. Trabalhei como pesquisadora na elaboração de cronologias e dei certo suporte histórico ao roteiro de um documentário excepcional sobre o anarquismo, o *Libertários*, de Lauro Escorel.

A decisão de fazer pós-graduação surgiu ao longo da graduação ou foi somente depois de terminá-la?

Eu me casei muito cedo — com 19 anos — e tive minha primeira filha quando terminei o curso de graduação. Só entrei no mestrado quando ela já tinha mais de um ano. Daí fiz a pós-graduação inteira, do mestrado ao doutorado, quase direto, parando um pouco entre 1980 e 1982 porque tive minha segunda filha. No começo pensei em trabalhar com a história do movimento operário, pois essa era uma das grandes temáticas de minha geração, e eu mesma tivera a experiência com o *Libertários*, da qual gostara muito. Mas como eu queria trabalhar com o Fernando Novais, achei melhor fazer algo relacionado com a História Colonial. Fernando nunca fez nenhuma exigência de que seus orientandos se ativessem ao período colonial, mesmo porque, dada a sua formação privilegiada, é um homem que pode orientar pesquisas em vários campos.

Você diria que a sua geração foi a primeira a sofrer o impacto positivo da reforma da pós-graduação, realizada no início dos anos 70, pois já havia passado pelas dificuldades iniciais de implantação e começava a funcionar plenamente, com bolsas etc.?

Creio que sim. Porém, os primeiros a receber esse impacto foram jovens historiadores como o De Decca, a Maria Stella Bresciani, a Maria Lígia Coelho Prado, a Maria Helena Capelato, o Alcir Lenharo, o Carlos Alberto Vesentini, que se formaram bem antes por serem mais velhos. O meu grupo já encontrou a pós-graduação funcionando e tivemos certas facilidades para obter bolsas, havendo ainda em São Paulo a vantagem da Fapesp, que então já funcionava havia mais de uma década. Naquela

Scanned with CamScanner

época, os financiamentos do CNPq favoreciam muito pouco São Paulo, havendo mesmo um certo preconceito invertido e se alegando que São Paulo precisava menos de dotação porque contava com a Fapesp. Todos nós — Leila [Algranti], Nicolau [Sevcenko], Elias [Saliba], Hilário [Franco Jr.] — tivemos bolsa da Fapesp em algum momento de nossas vidas, o que de certo modo foi fundamental para nossa formação de pesquisadores.

Na sua opinião, o desenvolvimento da pós-graduação foi positivo para a carreira do historiador e para a pesquisa historiográfica?

Fundamental. Garantiu uma produção média de qualidade, que tem se desenvolvido num ritmo constante e constitui a experiência mais bem-sucedida em toda a América Latina. Nossos irmãos hispano-americanos não têm nada de comparável ao nosso sistema de pós-graduação, até onde sei.

Enquanto muitos concordam com essa visão, alguns intelectuais, por outro lado, afirmam que a universidade colaborou pouco e, de certa forma, amputou a criatividade intelectual do país. Quando dizem isso estão querendo se reportar, no caso da História, àqueles grandes historiadores que não tinham formação universitária específica de historiador, mas eram grandes intelectuais, como Sérgio Buarque, Caio Prado etc. Como você vê essa questão?

Primeiro, são muito poucos os países que têm "grandes intelectuais" hoje em dia, e fico me perguntando se, como já sugerira Gramsci, o grande intelectual, de influência avassaladora, não é antes uma personagem própria a contextos periféricos. Há entre nós uma verdadeira mania com essa história do grande intelectual, os Ruis Barbosas que fizeram a Europa curvar-se ante o Brasil, que fazem conferência de cabeça, sem olhar uma notazinha sequer, na pura tradição bacharelesca. Será que isso existe em algum lugar do mundo hoje? Será que é uma vantagem, ou é resquício de um mundo que já acabou? Todos os grandes historiadores que conheci mundo afora levam as conferências escritas e lêem quase o tempo todo.

Eu estava dando aulas na Universidade do Texas, em Austin, quando morreu Octavio Paz. O *New York Times* deu duas páginas inteiras sobre ele e percebi que estava morrendo um dos maiores intelectuais do mundo. Ele era ao mesmo tempo uma figura hegemônica e sufocante na cultura mexicana, onde desempenhou um papel que, ao que me consta, nenhum outro grande intelectual europeu seu contemporâneo desempenhou em seu país natal. Na França, hoje em dia, quem é o grande intelectual francês? Quem é o grande intelectual americano? Há um problema estrutural geral na nossa cultura, uma das manifestações sendo justamente a carência dos "grandes intelectuais". Os descompassos do espaço público e a hipertrofia do espaço privado, o individualismo crescente e a dificuldade de atuação na esfera pública talvez expliquem o motivo de não haver hoje um Zola, um Sartre ou um Foucault que se levantem contra as iniqüidades. Em 1975 assisti às aulas de Foucault no Departamento de Filosofia da USP sobre a História da Sexualidade no Ocidente. Um belo dia, não havia mais aula porque tinham assassinado Wladimir Herzog e Foucault se recusava a continuar dando aulas num país onde ocorrências

Scanned with CamScanner

dessa natureza ficavam sem explicação. Pouco tempo depois, junto com Sartre e outros intelectuais franceses que protestavam contra o garroteamento de militantes bascos, foi impedido de desembarcar na Espanha. Na França de hoje não vejo muito espaço para atos análogos, da mesma forma como talvez escasseiem, entre nós, os grandes intelectuais, ou pelo menos o que se chamou assim por algum tempo.

Mas voltemos à questão da universidade e da formação do historiador. Acho que esse é um problema muito mal colocado. Primeiro, dizer que Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Júnior — que cursou, já maduro, o curso de História e Geografia — não tinham formação de historiador é uma bobagem. Sérgio sofreu enorme influência do historismo alemão, todo mundo sabe disso, trabalhou com Henri Hauser na Universidade do Distrito Federal, desenvolveu uma formação apuradíssima, mesmo se à margem de um curso sistemático, já que se formou em Direito. É óbvio que o fato de cursar História não torna ninguém um historiador, mas certamente prepara para o ofício e, sobretudo, democratiza a sua via de acesso, antes restrita às elites. Não é à toa que alguns dos grandes historiadores brasileiros são diplomatas, originários das classes dominantes e dotados de um preparo que a maior parte da população jamais sonharia em ter: Varnhagen, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Evaldo Cabral de Mello. Por outro lado, e continuando ainda no mesmo ponto, homens como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda ou Evaldo Cabral de Mello talvez não precisassem da universidade para serem historiadores ou exercerem seu papel de intelectuais. Outros, a maioria, precisaram dela sim, pois foi ela que lhes facultou o acesso ao conhecimento e permitiu canalizar sua criatividade. Há má-fé e reacionarismo na afirmação de que a universidade embota a criatividade, pois sugere que o talento é inato, quase um dom divino. A universidade pública e gratuita, que é o caso da minha universidade, democratiza o conhecimento, permite que os alunos de origem humilde adquiram uma formação sofisticada e tenham acesso a bibliografias que, de outra forma, dificilmente lhes chegariam às mãos. Permite que assistam a cursos dados por especialistas nacionais e internacionais. Nunca saí da USP para me aperfeiçoar, fiz mestrado e doutorado no Departamento de História, onde assisti aulas e conferências de professores estrangeiros como Jean-Pierre Vernant, Joaquim Barradas de Carvalho, Antonio José Saraiva, Michel Foucault, Stuart Schwartz, Jean Glénisson, Adeline Daumard, Michel Vovelle. Qual aluno sem posses poderia ter acesso a isso? A função humanizadora e civilizadora da universidade pública e gratuita é indiscutível, e portanto considero que, no mundo de hoje, com a atrofia do espaço público, a hipervalorização do individualismo, a pulverização do conhecimento, a universidade se torna ainda mais importante, inclusive para formar historiadores profissionais.

Mas existem universidades privadas com sentido público, como a maioria das Católicas...

Sim, como as PUCs ou a FGV, se bem que eu tenha minhas dúvidas sobre esse sentido público. São universidades que cobram muitíssimo, e ainda conseguem subvenções do Estado. Por exemplo, os programas de pós-graduação das PUCs têm dotações equivalentes às das universidades públicas, sendo que seus cursos são pagos e os das universidades públicas são gratuitos. Como fica isso? Mas voltemos à questão.

Scanned with CamScanner

Tenho alunos que já me disseram, profundamente comovidos, depois de acabar o curso, que eram a primeira pessoa formada na sua família; são filhos de operários, gente de origem muito modesta. Repito que essa notável função democrática e civilizadora da universidade a justifica.

Grande parte dos bons cursos de História ainda vive naquela encruzilhada entre a formação de professores para o ensino fundamental e médio de um lado e, de outro, a pesquisa. No entanto, a maioria dos cursos de licenciatura não mantém relação alguma com a prática do historiador. Há uma distância muito grande entre esses dois universos?

Acho que sim. O curso de licenciatura que fiz não me adiantou em nada. Acredito contudo que haja bons cursos de licenciatura. Porém, acredito também que há vocações para professor ou pesquisador. Para ser professor, é preciso ter didática, envolvimento e paciência. Minha vocação é, em primeiro lugar, de pesquisadora; sou uma pesquisadora docente; há pessoas que são docentes pesquisadores. Por isso é tão importante discutir o problema da dedicação exclusiva. Uma pessoa como eu não sobrevive numa universidade na qual é preciso dar 40 horas/aula por semana e onde não se pode fazer pesquisa. Se eu não fizer pesquisa uma vez por ano eu morro. A universidade tem que assegurar a pesquisa e essa é a maneira pela qual nós, professores, podemos contribuir para fazer com que o conhecimento sobre a nossa história e a História se transforme. Acho mais importante passar para os alunos essa experiência de pesquisador, traduzindo-a por meio da docência, do que obrigá-los a fazer, contra a sua vontade, os cursos de licenciatura do modo como os fiz. Quero ressaltar, contudo, que não sou a pessoa mais indicada para falar sobre esse assunto, justamente em virtude dessa minha vocação primeira e de minha trajetória, que nunca passou pela docência no ensino fundamental.

Já que falamos em docência, quais os motivos que a levaram a se aproximar do professor Fernando Novais?

Eu me aproximei dele no segundo ano da graduação, quando ele passou a orientar minhas leituras — as minhas e de vários outros colegas. Ele sempre foi um grande professor em todos os sentidos. É um homem muito dedicado e generoso, a quem devo a parte mais importante de minha formação: durante o curso de graduação, durante o mestrado, durante o doutorado e mesmo depois. Até hoje dou meus textos para ele ler e discutir, e faço alterações em função de seus comentários.

No tempo em que existia a cátedra, o orientador tinha autoridade absoluta para impor caminhos. O professor Fernando Novais e outros de sua geração começaram a quebrar com essa hierarquia no relacionamento pessoal e intelectual?

Sem dúvida. Sempre o vi respeitar muito a personalidade dos alunos. Não impõe temas, mas discorda com certa veemência e quando tem que interferir ele o faz. Alia contudo o exercício da crítica à tolerância. Lembro-me de casos em que isso ocorreu, quando ele se viu às voltas com teses de orientandos seus que traziam pontos de vista distintos dos seus e que ele aceitou com grande generosidade. Ele com os

Scanned with CamScanner

alunos sempre foi muito democrático, sendo um leitor muito atento e crítico. No meu caso, escolhi meu assunto do mestrado [*Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*] — a questão da marginalidade — por causa do Caio Prado, e ele aceitou com entusiasmo desde o início, sem duvidar de que eu seria capaz de levar a cabo um assunto espinhosíssimo. Orientou-me o tempo todo, foi muito presente, apesar de eu ter feito minhas opções sozinha. O trabalho foi posteriormente criticado por estar muito preso a esquemas de interpretação considerados "fechados", como o de Caio Prado Jr. Não é um trabalho marxista, até porque nunca fui marxista, mas tem nítida influência do marxismo. Já no doutorado foi um pouco diferente. Eu não queria me prender mais a esquemas explicativos mais evidentes — havia feito o curso do Rui Coelho sobre Sociologia da Literatura Fantástica, que era uma verdadeira "viagem" e me influenciou muito — e não tinha mais esquema para montar o trabalho. Além disso, tinha um bebê recém-nascido, minha segunda filha, hoje estudante de Ciências Sociais na USP, e não tinha tema. Um dia, estava na casa do Fernando quando ele falou: "Eu gostaria muito que uma aluna minha trabalhasse com feitiçaria, acho que vou propor este tema para a Silvia Lara". Como a Silvia já estava trabalhando com temas relacionados à escravidão, eu retruquei: "Acho que quero pegar esse tema". Foi assim que começou.

Mas em seu livro* Desclassificados do ouro *você trata, ainda que indiretamente, desses assuntos. Ali, talvez, você já apontasse nessa direção e ele fez essa "provocação" positiva...

Mas por ocasião dos *Desclassificados...*, eu não pensava em trabalhar com feitiçaria, estava preocupada com outras questões, como "o povo que não tem jeito" e os estigmas que pesavam sobre ele, como a vadiagem, a indisciplina, o "irracionalismo". Fazer o doutorado não foi fácil para mim: naquele momento me separei, fiquei com duas filhas pequenas, casei de novo e ingressei na universidade como professora. Minha vida ficou muito atrapalhada, meus prazos começaram a ficar apertados e eu não conseguia montar o trabalho. E nesse aspecto o Fernando Novais me ajudou muito também, sua orientação foi decisiva, lembro de termos montado juntos o esqueleto do trabalho. Foi por isso que disse anteriormente que ele interfere na orientação, sempre que necessário.

Os aspectos subjetivos e afetivos em* Desclassificados do ouro *tiveram alguma influência, já que suas origens familiares também são mineiras?

Sim e não. Quando pensei no tema, não passou por minha cabeça esse tipo de influência. Mas depois que já estava dentro do assunto, esses aspectos começaram a aparecer, fui descobrindo coisas... Desde então, e durante 20 anos, tornei-me completamente mineira. De uns dois anos para cá, estou me sentindo paulista de novo; voltei a me identificar com São Paulo, apesar de detestar a cidade do jeito que está. Mas, voltando à questão dos *Desclassificados*, a escolha da temática tem muito a ver com a época que vivi, muito mais do que qualquer identificação com a região. O fato de trabalhar com a miséria, com populações marginais, tem um viés político deliberado.

Scanned with CamScanner

Nessa época, tais questões da marginalidade e da pobreza estavam mais ligadas à Sociologia, principalmente aos sociólogos aqui de São Paulo. Na nossa historiografia, esses temas ainda não tinham o destaque que alcançariam poucos anos depois, influenciados principalmente pela produção inglesa e francesa, não é?

É. Eu usei bastante a bibliografia sociológica. Fiz o curso do Lúcio Kowarick e me liguei muito a ele, um interlocutor permanente durante o mestrado e integrante da banca que examinou minha dissertação. Li textos ligados à marginalidade, Sociologia, Ciência Política e também à Antropologia. Oscar Lewis e a antropologia da pobreza, com quem travei conhecimento nos cursos feitos com Aracy Lopes da Silva e Sílvia Caiuby Novais, foram fundamentais para o trabalho. Na França e na Inglaterra, por sua vez, já havia uma historiografia mais voltada para temas da marginalidade, como de certa forma os trabalhos de Thompson na Inglaterra e, na França, alguns escritos de um Roger Chartier ainda em início de carreira, para não falar da obra clássica de Louis Chevalier para o mundo já industrializado do século XIX. Mas para o mundo pré-industrial, havia poucos estudos sobre marginalidade, que era e continuou sendo, inclusive entre nós, um assunto muito pouco visitado. Talvez por esse motivo Serge Gruzinski tenha me dito, recentemente, que achava os *Desclassificados...* um trabalho mais significativo do que *O diabo* [*O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*], pois este se atrelava a uma certa linhagem mais fácil de identificar, enquanto o outro era quase um caso isolado. Naquele momento, talvez o autor mais importante para mim tenha sido o polonês Bronislaw Geremek, que depois se tornou ideólogo do Solidariedade.

De qualquer modo, a escravidão era o grande tema, digamos, "engajado", da pesquisa historiográfica. Assim, a sociedade colonial e, depois, a brasileira, sempre era vista a partir das relações senhores e escravos. Ainda eram raros os trabalhos que fugiam desses padrões. Enquanto isso, na Sociologia, já se pensava algo além das relações "senhores e escravos", como, por exemplo, os trabalhos da professora Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Vocês lembraram bem. O trabalho da Maria Sylvia foi meu livro de cabeceira e umas das grandes emoções intelectuais da minha vida. Ao escrever *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvia chama a atenção para o fato de que a sociedade é mais diversificada e complexa, e abre uma brecha para se entender melhor as camadas intermédias pobres, não apenas os senhores e os escravos. Não o considero contudo um trabalho de Sociologia, mas uma obra também de História e de Antropologia. Por um lado, portanto, você tem razão, a História vem a reboque de uma discussão que já havia nas Ciências Sociais. Por outro, os estudos de História impuseram um cuidado maior com as generalizações, trazendo evidências empíricas para o primeiro plano e voltando, a partir delas, às considerações analíticas, renovando-as. Penso, sobretudo, na renovação que os estudos de João José Reis sobre o escravismo representam com relação ao que se fizera antes.

Scanned with CamScanner

Antes dele, a professora Kátia de Queirós Mattoso já dizia isso, não?
Sim, e o João foi muito influenciado pela Kátia, foi discípulo dela na UFBA. Eles realçavam que os escravos não eram apenas vítimas, mas usavam a escravidão para negociar, lançando mão muitas vezes de estratagemas e ardis, aprendendo a viver na escravidão, sem que isso, evidentemente, a justificasse ou a tornasse menos odiosa.

Quer dizer, existe um pouco de "dialética da malandragem" nisso tudo?
É. Acho que sim. Eu diria, parafraseando os anglo-saxões, que se trata antes de "agency".

Como você conseguiu desentranhar todas aquelas histórias dos "protagonistas da miséria" — vagabundos, traficantes, prostitutas, ladrões, feiticeiras etc. —, que se revelam nos Desclassificados do ouro, *a partir de um tipo de documentação que consistia basicamente em fontes oficiais do governo de Minas Gerais? Foi difícil?*
Não foi mais difícil porque eu era um pouco irresponsável [risos]. Na realidade, não foi tão difícil quanto seria hoje. Primeiro, porque acho que a pesquisa histórica fica cada vez mais difícil, os objetos vão ficando cada vez mais difíceis. E, depois, quando somos muito jovens, temos a força da temeridade. Eu trabalhei muito com documentação oficial, por isso falo em temeridade. Lidei muito com a correspondência administrativa e procurei burlá-la pegando pela questão da ideologia da vadiagem, de como se construiu essa ideologia, que está na raiz da formulação de que o Brasil não tem povo, consagrada no século XIX por Louis Couty. Na época, vários professores me disseram que eu necessitava de fontes seriais, de fontes que trouxessem dados quantitativos. Um deles foi o professor Jean Glénisson, um francês, com quem fiz um ótimo curso na pós-graduação. "Você precisa de 'sources massives', fontes que tratem dessa população comum", dizia ele. Consegui isso na Cúria Metropolitana de Mariana com a documentação das visitas pastorais.

Essa preferência pelos séculos XVI, XVII e XVIII foi surgindo gradativamente nas pesquisas ou já era algo que a atraía desde a graduação ou até antes disso?
Essa preferência se manifestou muito cedo e se firmou. Hoje, sou uma historiadora limitada: me movo entre o século XVI e o século XVIII, ou seja, sou uma historiadora do Brasil Colonial e da época moderna. Não trabalho com História Contemporânea, não conheço esse assunto. Outro dia um jornal pediu que eu fizesse uma lista de livros importantes: não quis fazer nem sobre o Império, nem sobre a República porque não estou atualizada. Eu conheço aquilo que qualquer homem, ou mulher esclarecido e culto conhecem. Fora desse período, gosto muito de História Medieval. Já dei aula de História Medieval na época em que o Hilário Franco Jr. estava fazendo doutorado na Espanha, substituindo-o numa faculdade particular. Desde então, só trabalho com história européia da época moderna, e no meu departamento só dei a disciplina de História do Brasil Colonial uma única vez em vinte anos. Foi uma escolha que fiz no momento em que eu entrei no departamento, como docente da disciplina de História Moderna, pela qual tenho muito apreço. Respei-

Scanned with CamScanner

to muito o empenho dos que me antecederam na construção dessa disciplina, como o professor Eduardo França, Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda. Não fazemos apenas história moderna da Europa, mas uma história voltada para as relações da Europa com as suas periferias e ainda com os outros continentes. Gosto especialmente de dar aula sobre o Renascimento e sobre os séculos XVI e XVII. Fui deixando de lado o século XVIII europeu porque havia o Jobson, que dava aulas magníficas sobre a Revolução Industrial, e depois o Modesto Florenzano, imbatível na abordagem da Revolução Francesa e da Ilustração. Como pesquisa arquivística, faço História Colonial, mas, como não pode, a meu ver, deixar de ser, reporto-me o tempo todo à Europa, já que me falta qualquer preparo como africanista. Nos últimos anos, tenho trabalhado muito com o Império Português, com as carreiras de funcionários do Império, com a nobreza portuguesa, os administradores que vieram para cá. Ronaldo Vainfas me disse um dia que estava apavorado com essa minha guinada, de deixar os desclassificados e as bruxas por uma meia dúzia de burocratas espoliadores. Meu coração continua com os primeiros, mas nem por isso acho que esses nobres administradores sejam desprovidos de interesse. Gosto muito de mudar de assunto. De qualquer forma, nunca ultrapasso o limite do século XVIII, ou seja, sou uma historiadora do Antigo Regime, não pretendo sair dele a não ser, quando muito, para avançar um pouco pela época napoleônica, que me fascina.

Em um de seus textos, Le Goff afirmou que o historiador das mentalidades revela preferência pelo "irracional e extravagante". Em* O diabo e a terra de Santa Cruz*, você se aproxima justamente de uma temática com essas características. Essa, digamos, "extravagância" causou algum tipo de problema prático ou metodológico na realização de suas pesquisas?

Não acredito que o historiador das mentalidades revele preferência pelo "irracional e extravagante" apenas pelo fato de se tratar de algo "irracional e extravagante", mas pelo poder explicativo que esses elementos contêm. Levar tal formulação ao pé da letra, sem problematizá-la, seria dar razão aos críticos da História das Mentalidades que a consideram um amontoado de excentricidades e curiosidades desprovidas de sentido. Ora, Le Goff é um grande historiador, um enorme historiador, talvez o maior de sua geração, e jamais diria que o fascínio que as mentalidades exercem se deve a esse caráter meramente extravagante.

Isto posto, devo dizer que sofri o impacto da historiografia das mentalidades por intermédio, inicialmente, de três autores: Bronislaw Geremek, um polonês muito preocupado com questões sociais — e isso ainda no tempo de meu mestrado, quando seu *Les marginaux parisiens aux XIVe et XVe siècles* foi muito importante para mim —; do próprio Jacques Le Goff, por meio de suas coletâneas de ensaios e de seu maravilhoso *La naissance du Purgatoire*, a meu ver talvez a mais perfeita expressão da chamada História das Mentalidades; de Robert Mandrou, autor do clássico *Magistrados e feiticeiros na França do Antigo Regime*. Para o enfoque da feitiçaria, Mandrou contou muito, mas talvez nenhum autor europeu tenha contado tanto quanto dois italianos: Antonello Gerbi, com *La disputa del Nuovo Mondo*, e Carlo Ginzburg, com *O queijo e os vermes* e *Os andarilhos do bem*. Devo acrescentar Le Roy Ladurie com *Montaillou*, que foi uma inspiração para a forma de

Scanned with CamScanner

narrar. E Roger Bastide com *As religiões africanas no Brasil*. Portanto, para o enfoque da feitiçaria contou mais a história da cultura e a etno-história do que propriamente a das mentalidades. A partir de uma certa altura, ficou claro para mim que meu objeto era o sistema de trocas culturais que foi se montando na colônia, ou na América Portuguesa, como preferimos dizer hoje em dia. A feitiçaria era o modo de chegar ao estudo desse sistema.

Acho que meu estudo teve um apelo "exótico" sobre estudantes jovens, da mesma forma que o livro de Natalie Davis, *O retorno de Martin Guerre*, atrai pelo rocambolesco da história ou que o *Trópico dos pecados*, de Ronaldo Vainfas, pode atrair pelos casos picantes. Quero crer, contudo, que houve novidade no tratamento do assunto — as práticas populares mágico-religiosas — por possibilitar uma nova forma de analisar a cultura brasileira, congregando tradições próprias de reflexão — Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda — e tradições novas — a análise de mentalidades ou a nova história cultural européia. As temáticas pouco comuns não têm, a meu ver, valor em si, e sim pela possibilidade, como diria Ginzburg, de enxergar a História "ao revés".

Como surgiu* Inferno atlântico?** ***Já com o objetivo de ser apresentado como tese de livre-docência ou isso se deu no decorrer do processo de construção do livro?

Gosto muito de mudar, mas gosto também de revisitar temas, voltar ao local do crime. *Inferno atlântico* me levou de volta à temática de *O diabo...* da mesma forma que *Norma e conflito* me levou de novo aos *Desclassificados...* Talvez porque acredite que não se deva reescrever os livros, pois eles são históricos e, como tal, são testemunhos da época em que foram concebidos e escritos. Penso que reescrever é uma atitude meio falsificadora. Mas, como mudamos, temos de voltar ao que já dissemos e procurar dizer melhor. Foi o que tentei em *Inferno atlântico*: introduzir, de forma mais sofisticada, a questão da demonologia e combinar análise macroscópica — que acho sempre essencial — e estudos de caso (não falo de análise microscópica porque não gosto da micro-história pura, que acho chatíssima). *Inferno atlântico* volta também à questão das relações entre Velho e Novo Mundo, pensando então no impacto que o Novo pode ter tido sobre o Velho — assunto que abordo no capítulo sobre Giovanni Botero, e que foi muito importante em minha formação de historiadora. Recentemente, em meu concurso para professor titular, no segundo semestre de 1999, retomei essa problemática, e acho que ainda vou escrever muito sobre ela. *Inferno atlântico* surgiu, sim, como tese de livre-docência, e escrevi alguns capítulos — como o que estuda Botero, ou o que estuda Bernardo Guimarães — para dar um certo nexo ao todo.

Ao tratar das várias formas pelas quais o universo religioso e suas representações são apropriados e transformados no Brasil colonial, você trata da religiosidade e da "cultura popular". Na sua opinião, os estudos em torno da "cultura popular" têm avançado na historiografia recente, ultrapassando aqueles estereótipos consagrados em torno do tema — o folclore, o nacionalismo, a resistência...?

Scanned with CamScanner

Em termos gerais, acho que os estudos de cultura popular avançaram consideravelmente com relação ao que se fazia décadas atrás. Mas admiro muito homens como Câmara Cascudo, Alceu Maynard de Araújo, Edison Carneiro, e esses trabalhos são de grande utilidade. Acho que a grande virada foi a introdução de uma reflexão mais propriamente acadêmica e conceitual, e lembro aqui duas pioneiras notáveis: Marlyse Meyer e Jerusa Pires Ferreira — fãs de Mikhail Bakhtin e de Paul Zumthor. Curiosamente, ambas no campo mais da Literatura do que da História. Neste campo, o da História, foi fundamental a influência de Antonio Gramsci e Edward P. Thompson, mais presentes nos estudos feitos sobre cultura operária. Penso que contribuí ao enveredar por outro caminho, menos ligado à resistência e mais às morfologias e a uma tradição mais propriamente culturalista, eminentemente alemã e italiana. A meu ver, é praticamente impossível analisar "cultura popular" sem relacioná-la à "cultura erudita". Nós fazemos a distinção hoje, mas isso era posto de forma diferente no mundo que é o meu objeto de estudo, o mundo que se abre com o Renascimento e que termina com a Ilustração, o mundo do Antigo Regime, na acepção mais ampla do termo. E, insisto, no que diz respeito às análises de cultura, acho os italianos e os alemães insuperáveis: Eugênio Garin, Carlo Ginzburg, Ernst Gombrich, Erwin Panofsky, e dois "alemães" culturais, clássicos, inesgotáveis, como Johan Huizinga e Jacob Burckhardt. Eles me ensinam mais sobre "cultura popular" do que estudos onde o objeto é deliberadamente recortado, e nem sempre de forma convincente.

***A partir dos anos 70, a questão da interdisciplinaridade tornou-se ponto central nas discussões e transformações historiográficas. Mas já em fins dos anos 80 há nos* Annales *o reconhecimento (o "tournant critique") de que essa interdisciplinaridade esmigalhou a História, criando uma "vitalidade anárquica", sem direção alguma e dificultando a identidade do historiador. Como você percebe esse problema da interdisciplinaridade?**

A interdisciplinaridade, tão proclamada nas décadas de 1970 e 80, tem seus limites, pois não acho que as disciplinas possam virar uma coisa só. Elas tem que continuar com seus objetos e seus limites bem definidos inclusive para poderem se relacionar e trocar umas com as outras. Hoje é lugar-comum reconhecer que a influência da Antropologia foi importante para que a História repensasse e recortasse melhor seus objetos, debruçando-se sobre fenômenos de "longa duração" e abordando assuntos que antes não eram do seu âmbito, como a morte, a sexualidade, os ritos e rituais. De todas as disciplinas que integram as ciências do homem — para usar uma expressão cara a Braudel —, a que mais ajudou a História nos últimos tempos foi a Antropologia. A Literatura, a meu ver, tem atrapalhado muito, mas é hora de repensar essa relação — e aqui parafraseio Ginzburg em seus últimos livros, *Olhos de madeira* e *Rapporti di forza* — deixando de lado essa mania de dizer que História e Literatura são a mesma coisa, ou ficando na mera análise do que eles chamam de retórica (e Ginzburg diz que não é *a* retórica, mas *uma* retórica). Repetindo, é importante que a História não perca de vista as suas fronteiras e que mantenha essas fronteiras. A História não é uma disciplina teórica, enquanto a

Scanned with CamScanner

Sociologia e a Antropologia o são. Claro que o grande historiador pode até produzir teorias, mas o percurso dele é diferente sempre, pois deve partir da reflexão empírica. Em suma, não vejo como fugir à interdisciplinaridade depois de tudo o que aconteceu com as ciências humanas nos últimos tempos. Nenhum cientista social pode ficar contido na sua disciplina sob risco de perder a dimensão humanista, que é fulcral às próprias ciências humanas. Mas não se pode igualmente descaracterizar as disciplinas, anular as diferenças, cair na mesmice. Como disse Paul Veyne muitas décadas atrás, se tudo for História, a História não existe. Isso vale para todas as ciências do homem, que devem continuar se renovando na inter-relação sem, contudo, perderem suas especificidades. *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Davis, não é um romance, e *Salammbô* [de Flaubert] não é um estudo histórico sobre Cartago.

> ***Há historiadores que afirmam que, se já tiverem de antemão um esboço de resposta, uma interpretação ou uma teoria a respeito de determinado assunto, perdem o interesse pelo objeto. Esses historiadores gostam de ir mexendo na documentação, resolvendo o quebra-cabeça passo a passo...***

Eu sou um pouco assim também, apesar de saber que determinadas questões devem preceder qualquer leitura documental. Por exemplo, não acho que os dados de mentalidade tenham que obscurecer as tensões sociais, criando certa indistinção entre os diferentes grupos, todos irmanados pela mentalidade comum. Assim sendo, já começo a ler um processo inquisitorial atentando, por um lado, para os traços mentais comuns aos protagonistas e, por outro, às diferenças. Não posso perder isso de vista sob pena de reificar o documento. Há que reconhecer contudo que, se existem determinadas questões pré-estabelecidas, muita coisa pode mudar dentro do arquivo. Os documentos trazem as nuances e sugerem as opções, sem falar nas descobertas, nos achados, às vezes quase fruto de um acaso: Ginzburg topando com o processo dos *benandanti*, Mary del Priore com o livro de contabilidade do senhor de engenho Castelo Branco Ferrão etc. Digo quase fruto do acaso porque, para achar, é preciso saber procurar e saber o que se está procurando: nada cai do céu nas mãos de um incauto, e é óbvio que, em si, um documento não tem sentido. Um dos aspectos que mais me agradam em meu *O diabo e a Terra de Santa Cruz* é a preocupação com o entrecruzamento de discursos e de universos de cultura distintos entre si. Se eu já tinha boa idéia da circularidade cultural quando entrei no arquivo — já lera Ginzburg, já lera Le Goff —, a dinâmica desse fenômeno ganhou força e tomou corpo em minha cabeça a partir da leitura dos processos inquisitoriais. Dei-me conta de que os inquisidores perguntavam uma coisa e os réus não entendiam o que estava sendo perguntado, respondendo outra, em geral completamente diferente. Às vezes eles mesmos se davam conta da impossibilidade de comunicação, e, ante a pergunta, complicadíssima, respondiam com humildade: "Não sabe o que seja o conteúdo da pergunta". É claro que podia haver certa margem de manipulação e de malandragem nesse tipo de "ignorância", mas isto também era uma questão teórica importante, surgida a partir daquela situação, daquele documento, dentro do arquivo. Para ficar ainda com *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, um dos seus capítulos mais apreciados, "Histórias extraordinárias",

Scanned with CamScanner

surgiu em função da estrutura da documentação: no processo inquisitorial há uma seção denominada Genealogia, em que o sujeito tem que contar sua vida. Dei-me conta de que poderia e deveria dar voz a esses sujeitos. *O diabo...* foi talvez o meu trabalho que mais se construiu e se alterou dentro do arquivo, pois eu não tinha um modelo do livro na cabeça antes de ver a documentação. Por fim, gostaria de lembrar que há assuntos e trabalhos que surgem inteirinhos como resultado de achados documentais. Em 1994, quando preparei a edição crítica de um texto político do início do século XVIII, que atribuí a dois jesuítas e a Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar, não tinha a menor idéia de que iria escrever, anos depois, vários artigos sobre a nobreza portuguesa setecentista. Tudo começou porque, por acaso, encontrei na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo da Torre do Tombo cartas magníficas, trocadas entre um menino nobre e seus pais. A partir do achado, comecei a problematizar a questão da nobreza de serviço no Império Português, e nisso estou até hoje.

Como foi sua participação como organizadora do primeiro volume da coleção História da vida privada no Brasil?

Até onde me lembro, a idéia partiu da editora, que chamou o Fernando Novais para organizar. Foi o Fernando que escolheu os organizadores para cada volume, e a mim coube coordenar o primeiro, além de participar do Conselho Editorial da coleção enquanto durou o projeto. Foi uma experiência muito boa. Houve um ano de preparação, com discussões semanais. A idéia era fazer um livro que pudesse trazer uma contribuição original e não ser apenas uma cópia da *História da vida privada* francesa. Posso falar mais à vontade do volume que coordenei. Nele, havia, de saída, um problema grave: se tomássemos vida pública e vida privada como conceitos polares — e essa era a nossa intenção —, seria possível ver vida privada na colônia, onde também não havia vida pública? O diálogo com autores clássicos, como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Alcântara Machado, marcou muito o volume. Havia orientações gerais que seguiam para os autores junto com a encomenda dos textos. Quando estes voltavam, eram amplamente discutidos e às vezes reformulados pelos respectivos autores em nome da proposta e da coesão interna do volume. Fiquei muito satisfeita com meu trabalho e mantive uma relação excelente com os autores, que a meu ver se saíram magnificamente, mostrando dedicação, boa vontade e gentileza incríveis. Gosto muito do livro e acho que ele consegue alcançar o grande público leigo mesmo tendo se baseado em pesquisas absolutamente originais.

E quais os projetos e pesquisas que você tem desenvolvido ultimamente?

Eu tenho um monte de idéias de pesquisa, todas diferentes entre si porque enjôo dos assuntos e gosto de variar. Se assim a diversão é garantida, por outro lado acaba-se não sendo especialista em nada. Tenho a maior admiração por aqueles historiadores que passam a vida estudando a estadia de Pombal na Inglaterra, ou coisas assim, e se tornam o maior especialista do mundo naquele assunto. Mas como ia dizendo, muitos projetos e pouquíssima disponibilidade, já que a vida universitária de hoje é massacrante. Há um aspecto muito bom, o contato com os alunos, a

Scanned with CamScanner

docência, que nos renova sem cessar e até nos rejuvenesce (ou dá a ilusão de que somos jovens como os alunos). Os encargos com gestão, comissões, relatórios etc. são porém penosos. Tenho 14 anos de pesquisa arquivística guardados nos armários e nos disquetes, e um índice pronto para um livro sobre Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. Contudo, começo a me perguntar se algum dia isso sairá das cogitações para o papel. Precisaria ficar quase um ano fechada no escritório para terminá-lo. Fiz isso quando escrevi *O diabo...* e estava começando minha carreira universitária: sem orientandos, sem encargos a não ser as aulas. Hoje, algo semelhante parece quase impossível. Além de Minas, continuo trabalhando com cultura e religiosidade popular, agora num escopo mais latino-americano, e, de quatro anos para cá, com questões mais gerais de história administrativa e sócio-cultural no âmbito do Império português.

(Abril e Maio de 2000)

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Livros:

Opulência e miséria das Minas Gerais. São Paulo: Brasiliense, 1982; 7ª ed., 1997.

Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1983; 3ª ed., 1990.

O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

A feitiçaria na Europa moderna, Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987; 1995.

Inferno Atlântico. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Discurso político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, edição, introdução e notas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

História da vida privada no Brasil, vol. 1: *Cotidiano e vida privada na América portuguesa* (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

1680-1720: o Império deste Mundo (com Maria Fernanda Bicalho). São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (Coleção Virando Séculos).

The devil and the land of the holy cross: witchcraft, slavery, and popular religion in Colonial Brazil. Austin: University of Texas Press, 2003.

O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Artigos:

"Curas mágicas y sexualidad en el siglo XVIII luso-brasileño", *in* Berta Ares Queija e Serge Gruzinski (orgs.), *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997.

"Fragmentos da vida nobre em Portugal setecentista", *in* Walnice Nogueira Galvão e Nádia Batella Gotlib, *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

"Vida e morte do bandeirante", *in* Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, v. 2. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Scanned with CamScanner

"Administração colonial e promoção social: a actividade de Luís Diogo Lobo da Silva como capitão-general de Pernambuco e Minas Gerais", *in* Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: 2001.

"Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII", *in* Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Scanned with CamScanner